

# Saúde para todos: Desafios e oportunidades para as políticas públicas de saúde no Brasil

*Health for all: Challenges and opportunities for public health policies in Brazil*

Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth<sup>1</sup>; Ericka Janyne Gomes Marques<sup>2</sup>; Ewerton Freires Marques<sup>3</sup>;

<sup>1</sup>Graduação em Medicina pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP  
sidyani@hotmail.com

<sup>2</sup>Graduação em Medicina pela Centro Universitário Unifacisa  
erickajanyne@gmail.com

<sup>3</sup>Graduação em Medicina pela Centro Universitário de Santa Maria  
Ewerton362@Gmail.Com

## Submissão:

12/03/2025

## Aprovado:

22/03/2025

ISSN: 3085-7163

DOI:<https://doi/10.5281/zenodo.15080130>



## RESUMO

A garantia do direito à saúde para todos é um desafio constante no Brasil, exigindo políticas públicas eficazes que atendam às necessidades da população. Este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios e oportunidades para a implementação de políticas públicas de saúde no país, considerando aspectos estruturais, econômicos e sociais. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, abrangendo artigos publicados entre 2019 e 2024 em bases de dados científicas. Os resultados indicam que, apesar dos avanços na ampliação do acesso à saúde, desafios como subfinanciamento, desigualdades regionais e dificuldades na gestão dos serviços públicos persistem. Conclui-se que a efetivação da saúde para todos requer investimentos sustentáveis, inovação na gestão pública e ações intersetoriais que garantam equidade e qualidade no atendimento à população.

**Palavras-chave:** Equidade em saúde; Políticas públicas; Acesso universal; Gestão do SUS

## SUMMARY

Ensuring the right to health for all is a constant challenge in Brazil, requiring effective public policies that meet the needs of the population. This study aims to analyze the main challenges and opportunities for implementing public health policies in the country, considering structural, economic, and social aspects. To this end, a systematic review of the literature was conducted, covering articles published between 2019 and 2024 in scientific databases. The results indicate that, despite advances in expanding access to health, challenges such as underfunding, regional inequalities, and difficulties in managing public services persist. It is concluded that the implementation of health for all requires sustainable investments, innovation in public management, and intersectoral actions that ensure equity and quality in care for the population.

**Keywords:** Health equity; Public policies; Universal access; SUS management.

## INTRODUÇÃO

O direito à saúde é um princípio fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado assegurar condições dignas de acesso aos serviços de saúde para toda a população (Pereira *et al.*, 2024). No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) representa um dos maiores modelos de atenção universal do mundo, proporcionando assistência gratuita e integral. No entanto, desafios estruturais, econômicos e sociais dificultam a efetiva implementação de uma saúde pública de qualidade e equitativa (Camara; Belo; Peres, 2020).

A heterogeneidade territorial do país impõe desigualdades na oferta e na qualidade dos serviços de saúde, tornando necessárias estratégias que garantam a distribuição equitativa de recursos (Marinho *et al.*, 2024). Além disso, o subfinanciamento crônico e a gestão ineficiente são entraves significativos para a expansão e manutenção de serviços essenciais. A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais as fragilidades do sistema de saúde, ao mesmo tempo em que reforçou a importância de um sistema público forte e estruturado (Oliveira *et al.*, 2023).

Neste contexto, torna-se fundamental compreender os principais desafios e oportunidades que permeiam as políticas públicas de saúde no Brasil (Gomes *et al.*, 2022). O presente estudo busca analisar de forma crítica os fatores que impactam a universalização da saúde, considerando os aspectos econômicos, estruturais e sociais que influenciam a efetividade das ações governamentais.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como os avanços conquistados podem ser ampliados e como as limitações existentes podem ser superadas. Dessa forma, espera-se contribuir para o debate acadêmico e político sobre a melhoria das políticas de saúde pública no Brasil.

## METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com uma revisão sistemática da literatura sobre políticas públicas de saúde no Brasil. Foram analisados artigos publicados entre 2019 e 2024, garantindo uma visão contemporânea sobre os desafios e oportunidades da área.

As bases de dados utilizadas foram SciELO, LILACS e PubMed, selecionadas por sua relevância na área da saúde pública. Os descritores utilizados incluíram "Políticas Públicas de Saúde", "Sistema Único de Saúde", "Desafios na Saúde Pública" e "Equidade na Saúde".

A seleção para inclusão considerou estudos que abordassem de forma direta os desafios e oportunidades das políticas de saúde no Brasil, excluindo pesquisas focadas exclusivamente em contextos internacionais ou que não apresentassem relevância para a temática.

Os dados extraídos foram organizados em três eixos temáticos: financiamento e gestão, desigualdades regionais e inovações em saúde pública, possibilitando uma discussão aprofundada sobre cada aspecto analisado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

## FINANCIAMENTO E GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA

De acordo com (Mazon; Freitas; Colussi, 2021) o financiamento da saúde pública no Brasil é um dos principais desafios para a garantia de um sistema eficiente e acessível. Já para Dermindo (2019) a destinação de recursos para o setor enfrenta limitações orçamentárias e dificuldades na distribuição equitativa entre estados e municípios. O modelo de financiamento tripartite, que envolve a União, os estados e os municípios, nem sempre garante uma alocação eficiente dos recursos, comprometendo a qualidade dos serviços oferecidos à população.

A ineficiência na gestão dos recursos é outro fator que impacta negativamente a saúde pública. A falta de planejamento adequado e a burocracia excessiva dificultam a execução dos investimentos necessários para a melhoria da infraestrutura e da qualidade do atendimento (Dermindo; Guerra; Gondinho, 2020). Além disso, a deficiência na fiscalização contribui para a ocorrência de desvios de verba e desperdício de recursos, agravando ainda mais o cenário.

A pandemia de COVID-19 evidenciou as fragilidades do financiamento e da gestão da saúde pública, demonstrando a necessidade de aprimoramento do sistema. A emergência sanitária exigiu investimentos emergenciais e revelou a importância de um orçamento mais flexível e responsivo a situações de crise (Sousa; Fernandes, 2020). A falta de coordenação entre os entes federativos dificultou a implementação de medidas

eficazes, reforçando a necessidade de reformulação na estrutura de financiamento e gestão.

A descentralização dos serviços de saúde, prevista no modelo de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), pode ser tanto um facilitador quanto um entrave (Gomes *et al.*, 2022). Embora permita maior autonomia para estados e municípios, a descentralização também pode resultar em desigualdades na oferta de serviços, especialmente em regiões com menor capacidade administrativa e financeira (Vieira, 2020). Assim, torna-se essencial a criação de mecanismos que garantam suporte técnico e financeiro adequado para esses entes.

Para Romão (2019) a adoção de soluções tecnológicas pode contribuir para a otimização da gestão da saúde pública, onde os sistemas de informação integrados permitem maior transparência na alocação de recursos e facilitam o monitoramento da execução orçamentária. Além disso, a telemedicina e outras inovações podem reduzir custos operacionais e ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Para aprimorar o financiamento e a gestão da saúde pública, é imprescindível a implementação de políticas que garantam maior previsibilidade e estabilidade dos recursos destinados ao setor (De Andrade Guedes; Da Silva, 2023). Isso inclui a revisão dos mecanismos de financiamento, a melhoria dos processos de fiscalização e a capacitação dos gestores públicos para uma administração mais eficiente e transparente. Medidas como essas podem contribuir significativamente para a sustentabilidade do

sistema e a melhoria dos serviços prestados à população.

Diante desse contexto, o fortalecimento do SUS e a melhoria da gestão financeira são fundamentais para garantir a universalização e a qualidade da saúde pública no Brasil (Funcina *et al.*, 2022). Um sistema de saúde bem financiado e gerido de maneira eficiente não apenas promove a equidade no acesso aos serviços, mas também melhora os indicadores de saúde da população, reforçando o compromisso do Estado com o bem-estar social.

## **DESIGUALDADES REGIONAIS E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

As desigualdades regionais no Brasil impactam diretamente o acesso aos serviços de saúde, refletindo disparidades históricas e estruturais que dificultam a efetiva universalização do atendimento (Viacava *et al.*, 2019). Regiões mais desenvolvidas economicamente, como o Sudeste e o Sul, dispõem de infraestrutura mais qualificada e maior oferta de profissionais, enquanto o Norte e o Nordeste enfrentam dificuldades decorrentes da escassez de investimentos e da precariedade das unidades de saúde (De Andrade Guedes; Da Silva, 2023).

O Sistema Único de Saúde (SUS) busca garantir a equidade no atendimento, contudo, a distribuição desigual de recursos financeiros e humanos limita a concretização desse princípio (Felipe *et al.*, 2024). Em muitas localidades do interior, a população encontra dificuldades para acessar serviços básicos, dependendo de

deslocamentos longos para obter atendimento especializado. Esse cenário compromete a prevenção e o tratamento adequado de doenças, agravando os indicadores de morbimortalidade.

A carência de profissionais de saúde em regiões periféricas e rurais também representa um desafio significativo (Piola; Vieira, 2024). A falta de incentivos para a fixação de médicos e outros especialistas em locais remotos resulta na sobrecarga das unidades existentes e na redução da qualidade do atendimento prestado. Políticas de interiorização da saúde, como programas de provimento de médicos, são estratégias necessárias para minimizar essa disparidade (Mallmann; Tomas; Boing, 2020).

Outro aspecto relevante é a diferença na capacidade de gestão e administração dos serviços de saúde entre os estados e municípios. Enquanto grandes centros urbanos contam com gestões mais estruturadas, muitas cidades pequenas enfrentam dificuldades na execução de políticas públicas eficazes. A falta de planejamento adequado compromete a eficiência do sistema, dificultando a implementação de ações preventivas e curativas.

A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais essas desigualdades, revelando a fragilidade da rede de saúde em algumas regiões do país (Orellana *et al.*, 2021). A escassez de leitos de UTI, equipamentos e profissionais sobrecarregou hospitais, dificultando o atendimento adequado aos pacientes. Essa situação reforça a necessidade de um planejamento mais equitativo para garantir que toda a população tenha acesso a serviços de saúde

de qualidade, independentemente da localização geográfica (Soares *et al.*, 2020).

O avanço da tecnologia pode ser um aliado na redução das desigualdades regionais na saúde. A expansão da telemedicina permite que pacientes em áreas remotas sejam atendidos por especialistas localizados em grandes centros, reduzindo a necessidade de deslocamento (Gumarães *et al.*, 2023). Ademais, investimentos em infraestrutura digital e capacitação de profissionais podem ampliar o acesso e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

Para reduzir as desigualdades regionais no acesso à saúde, é essencial fortalecer as políticas de financiamento e gestão do SUS, assegurando uma distribuição mais justa dos recursos (Orellana *et al.*, 2021). Medidas como ampliação da atenção primária, incentivo à fixação de profissionais e investimentos em tecnologia são fundamentais para garantir que toda a população tenha acesso a serviços de saúde eficientes e de qualidade.

## **INOVAÇÕES E TECNOLOGIAS NA SAÚDE PÚBLICA**

A incorporação de inovações e tecnologias na saúde pública tem desempenhado um papel fundamental na melhoria da eficiência e qualidade dos serviços oferecidos à população (Guimarães *et al.*, 2019). O avanço da digitalização, aliado à utilização de sistemas integrados de informação, possibilita a otimização dos processos administrativos e assistenciais, tornando o atendimento mais ágil e eficaz (Cruz; Mierzwa, 2020). Essas soluções são essenciais para ampliar o

acesso à saúde, especialmente em regiões de difícil alcance.

A telemedicina tem se consolidado como uma ferramenta essencial para suprir carências na distribuição de profissionais de saúde, permitindo consultas e diagnósticos remotos (De Soarez, 2021). Essa tecnologia reduz a necessidade de deslocamento de pacientes e facilita a interação entre diferentes níveis de atenção, promovendo uma assistência mais eficiente. Ademais, a teleconsulta favorece o monitoramento de condições crônicas, contribuindo para a prevenção de complicações e a melhoria da qualidade de vida.

Segundo Do Nascimento Neto *et al.*, (2020) a inteligência artificial (IA) e a análise de grandes volumes de dados também estão revolucionando a saúde pública. Algoritmos avançados possibilitam a identificação precoce de doenças, o aprimoramento de diagnósticos e a otimização do uso de recursos (Guimarães *et al.*, 2021). A aplicação dessas tecnologias permite uma tomada de decisão mais precisa e embasada, reduzindo desperdícios e aumentando a efetividade das intervenções médicas.

Os prontuários eletrônicos se tornaram indispensáveis para a gestão eficiente das informações clínicas, promovendo maior integração entre os serviços de saúde (Da Silva Junior *et al.*, 2024). Com a digitalização dos registros, há redução de erros decorrentes da fragmentação dos dados, além de facilitar a continuidade do cuidado ao longo do tempo. Essa ferramenta também favorece a realização de pesquisas epidemiológicas, auxiliando na formulação de políticas públicas mais eficazes (Santos *et al.*, 2023).

A biotecnologia tem sido um campo de grande impacto na promoção da saúde pública, com avanços na produção de vacinas, terapias gênicas e novos medicamentos (Da Silva *et al.*, 2023). Durante a pandemia de COVID-19, a rapidez no desenvolvimento de imunizantes demonstrou o potencial dessas inovações para a proteção da população (Francisco; Malik, 2019). A utilização de técnicas modernas de engenharia genética tem permitido a criação de tratamentos mais personalizados e eficazes contra diversas doenças (Belo; Paiva; Delu Filho, 2020).

O uso de dispositivos vestíveis e aplicativos de monitoramento tem proporcionado maior engajamento dos indivíduos na própria saúde (Magalhães *et al.*, 2022). Tecnologias como sensores para medição de glicemia, frequência cardíaca e outros parâmetros vitais permitem um acompanhamento contínuo da condição clínica dos pacientes (Verzani, 2020). Essa abordagem contribui para a prevenção de agravos e possibilita uma resposta rápida em casos de emergência.

Para garantir o pleno aproveitamento das inovações tecnológicas na saúde pública, é fundamental investir na capacitação de profissionais e na expansão da infraestrutura tecnológica (Silva *et al.*, 2019). Para Casas *et al.*, (2020) a integração dessas soluções no SUS pode fortalecer a eficiência dos serviços e ampliar o acesso da população aos cuidados necessários. Assim, a adoção de novas tecnologias se apresenta como um caminho essencial para a modernização e aprimoramento da saúde pública no Brasil.

## CONCLUSÃO

Os desafios enfrentados pelo sistema público de saúde no Brasil são complexos e exigem ações coordenadas para garantir a efetividade das políticas públicas. O subfinanciamento e a gestão ineficiente são fatores que comprometem a qualidade e a equidade no acesso aos serviços.

As desigualdades regionais representam um obstáculo significativo, exigindo estratégias para promover a descentralização dos serviços e garantir assistência adequada em todas as regiões do país.

A incorporação de inovações tecnológicas e estratégias de prevenção pode contribuir para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços públicos de saúde.

Para que a saúde seja efetivamente um direito de todos, é necessária uma articulação entre governos, sociedade civil e setor privado, promovendo soluções sustentáveis.

Assim, este estudo reforça a importância do fortalecimento do SUS e da implementação de políticas públicas eficazes para garantir saúde para todos no Brasil.

## REFERENCIAS

BELO, Thiago Caetano Andrade; PAIVA, Priscila Moraes Henrique; DELÚ FILHO, Nelson. A aplicação da técnica de Edição de Genomas CRISPR-CAS9 na Engenharia Genética: benefícios à ciência e sociedade e impasses éticos frente ao desconhecido, em especial na edição embrionária humana. -, 2020.

CAMARA, Erika Amorim Raposo da; BELO, Mariana Soares da Silva Peixoto; PERES, Frederico. Desafios e oportunidades para a formação em Saúde do Trabalhador na Atenção Básica à Saúde: subsídios para estratégias de intervenção. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, p. e10, 2020.

- CASAS, Carmen Phang Romero et al. Avaliação de tecnologias em saúde: tensões metodológicas durante a pandemia de Covid-19. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 77-96, 2020.
- CRUZ, Nathalie; MIERZWA, José Carlos. Saúde pública e inovações tecnológicas para abastecimento público. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e180824, 2020.
- DA SILVA, Shirley Daiane Alves et al. A ATUAÇÃO DA BIOTECNOLOGIA NO PROCESSO DE IMUNIZAÇÃO NO CENÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA. **Revista Acadêmica Online**, v. 9, n. 46, p. e1071-e1071, 2023.
- DA SILVA JÚNIOR, Daniel Melo et al. GESTÃO EM SAÚDE: PRÁTICAS GERENCIAIS PARA A OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, n. 43, p. 9531-9541, 2024.
- DE ANDRADE GUEDES, Thiago; DA SILVA, Francielle Santos. Gestão de Saúde Pública no Brasil à luz da teoria da burocracia: escassez de médicos especialistas e desigualdade regional de acesso. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 37, p. 111-129, 2023.
- DE SOÁREZ, Patrícia Coelho. Avaliação de Tecnologias em Saúde: informada pela ciência ou a serviço da política?. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 64, 2021.
- DERMINDO, Mariana Pereira. Gestão eficiente na saúde pública brasileira. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 11, 2019.
- DERMINDO, Mariana Pereira; GUERRA, Luciane Miranda; GONDINHO, Brunna Verna Castro. O conceito eficiência na gestão da saúde pública brasileira: uma revisão integrativa da literatura. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 12, p. 1-17, 2020.
- DO NASCIMENTO NETO, Conrado Dias et al. Inteligência artificial e novas tecnologias em saúde: desafios e perspectivas. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 9431-9445, 2020.
- FELIPE, Lucas Lopes et al. Desigualdades regionais no acesso ao parto hospitalar no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: redes de deslocamento, distância e tempo (2010-2019). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, p. e00064423, 2024.
- FRANCISCO, Fernando; MALIK, Ana Maria. Aplicação de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) na tomada de decisão em hospitais. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**, v. 11, n. 1, p. 10-17, 2019.
- FUNCIA, Francisco et al. Análise do financiamento federal do Sistema Único de Saúde para o enfrentamento da Covid-19. **Saúde em debate**, v. 46, p. 263-276, 2022.
- GOMES, Denildo de Freitas et al. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210425, 2022.
- GUIMARÃES, Mirna Rodrigues Costa et al. Avaliação das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2035-2050, 2023.
- GUIMARÃES, Reinaldo et al. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&I/S): uma atualização para debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6105-6116, 2021.
- GUIMARÃES, Reinaldo et al. Política de ciência, tecnologia e inovação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 881-886, 2019.
- MALLMANN, Mariana B.; TOMASI, Yaná T.; BOING, Antonio Fernando. Realização dos testes de triagem neonatal no Brasil: prevalências e desigualdades regionais e socioeconômicas. **Jornal de pediatria**, v. 96, p. 487-494, 2020.
- MAGALHÃES, Breno Borges et al. Aplicação de softwares na saúde mental—benefícios e limitações: revisão de literatura integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e93111637908-e93111637908, 2022.
- Marinho, Lúcia De Fátima Pereira Leite et al. Políticas Públicas Para A Saúde Das Famílias E Das Comunidades No Contexto Da Atenção Primária À Saúde Em Tempos De Pós-Pandemia. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 2024.
- MAZON, Luciana Maria; FREITAS, Sérgio Fernando Torres de; COLUSSI, Claudia Flemming. Financiamento e gestão: a eficiência técnica dos municípios catarinenses de pequeno porte nos gastos públicos com saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1521-1532, 2021.

- OLIVEIRA, Larayne Gallo Farias et al. Acesso e uso equitativo dos serviços de saúde: um desafio para a promoção da universalização em saúde. **Acesso à saúde: desafios, perspectivas, soluções e oportunidades na atenção primária à saúde**, 2023.
- ORELLANA, Jesem Douglas Yamall et al. Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 37, p. e00259120, 2021.
- PEREIRA, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.
- PIOLA, Sérgio F.; VIEIRA, Fabiola Sulpino. **Financiamento das ações e serviços públicos de saúde no Brasil: um retrato das desigualdades regionais do período 2010-2022**. Texto para Discussão, 2024.
- ROMÃO, Ana Luisa Pereira Agudo. O financiamento da saúde frente ao novo regime fiscal. **Revista de Direito Sanitário**, v. 20, n. 1, p. 86-106, 2019.
- SANTOS, Gabriella Dantas dos et al. Prontuário Eletrônico do Cidadão: percepção da equipe de enfermagem da Atenção Primária à Saúde de Olinda-PE. 2023.
- SILVA, Naélia Vidal de Negreiros da et al. Tecnologias em saúde e suas contribuições para a promoção do aleitamento materno: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 589-602, 2019.
- SOARES, Letícia Santana da Silva et al. Transplantes de órgãos sólidos no Brasil: estudo descritivo sobre desigualdades na distribuição e acesso no território brasileiro, 2001-2017. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2018512, 2020.
- SOUSA, Camila; FENANDES, Violeta Campolina. Aspectos históricos da saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 12, p. 1-17, 2020.
- VERZANI, Renato Henrique. **Novas tecnologias digitais e atividade física: desafios contemporâneos**. 2020.
- VIACAVA, Francisco et al. Desigualdades regionais e sociais em saúde segundo inquéritos domiciliares (Brasil, 1998-2013). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2745-2760, 2019.
- VIEIRA, Fabiola Sulpino. O financiamento da saúde no Brasil e as metas da Agenda 2030: alto risco de insucesso. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 127, 2020.